Entretextos

ENTRETEXTOS. Londrina, v. 26, esp.1, 2026.
ISSN 1519-5392 UEL
DOI: 10.5433/1519-5392.2026.v26.55064

A plataformização da leitura: uma análise documental do Leia Paraná

The platformization of reading: a documentary analysis of Leia Paraná

La plataformización de la lectura: un análisis documental de Leia Paraná

Suelen Ariane Campiolo Trevizan[1]
0000-0001-6601-6070

RESUMO: A plataforma Leia Paraná foi implantada em 2023 como política pública de incentivo à leitura, consolidando-se o modelo de plataformização do ensino (Van Dijck; Poell, 2018) em meio a um contexto de reforma empresarial da educação (Freitas, 2018). Passados três anos, ainda se sabe pouco sobre seu funcionamento além dos indicadores quantitativos divulgados pela propaganda oficial. Diante dessa escassez de informações, este artigo procura descrever criticamente a plataforma, analisando sua contratação, arquitetura, funcionalidades, acervo e objetivos institucionais. A análise se baseia em levantamento de dados sobre a implementação disponibilizados pela SEED-PR, pelo Portal da Transparência e pelo TCE-PR, complementados pela observação da interface, pela catalogação do acervo e pela comparação dessas características com as metas estabelecidas pelo governo. Conclui-se que seus objetivos são atendidos apenas parcialmente. Embora haja a oferta de obras acessíveis e potencialmente atraentes para os estudantes, apresenta limitações quanto à transparência dos dados coletados, ao diagnóstico qualitativo dos resultados e ao desenvolvimento da cultura digital.
PALAVRAS-CHAVE: Política pública; Plataformização; Leitura; Leia Paraná.

ABSTRACT: The Leia Paraná platform was launched in 2023 as a public policy to encourage reading, consolidating the model of the platformization of education (Van Dijck; Poell, 2018) amidst a context of corporate education reform (Freitas, 2018). Three years later, little is known about its operation besides the quantitative indicators released in official publicity. Given the scarcity of information, this article seeks to critically describe the platform by analyzing its hiring, architecture, features, content collection, and institutional objectives. The analysis is based on a survey regarding implementation provided by SEED-PR, by the Portal da Transparência, and TCE-PR, complemented by observation of the interface, cataloging of the collection, and a comparison of these characteristics with government-set goals. The study concludes that the objectives are only partially met. Although the platform

[1] Doutora em Letras: Estudos Literários. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Apucarana. E-mail: suelen.trevizan@unespar.edu.br.

offers accessible works that are potentially appealing to students, it presents limitations regarding the transparency of collected data, the qualitative diagnosis of results, and the development of digital culture.
KEYWORDS: Public policy; Platformization; Reading; Leia Paraná.

RESUMEN: La plataforma *Leia Paraná* se lanzó en 2023 como una política pública de fomento a la lectura, consolidando el modelo de plataformización de la educación (Van Dijck; Poell, 2018) en un contexto de reforma educativa impulsada por el sector corporativo (Freitas, 2018). Tres años después, poco se sabe sobre su funcionamiento más allá de los indicadores cuantitativos difundidos en la publicidad oficial. Ante esta falta de información, el presente artículo describe críticamente la plataforma, analizando su proceso de contratación, arquitectura, funcionalidades, colección de contenidos y objetivos institucionales. El análisis se basa en datos de implementación proporcionados por la SEED-PR, *Portal da Transparência* y el TCE-PR, complementados con un examen de la interfaz, la catalogación de la colección y una comparación de estas características con las metas establecidas por el gobierno. El estudio concluye que los objetivos de la plataforma se cumplen sólo parcialmente. Si bien ofrece obras accesibles y potencialmente atractivas para los estudiantes, presenta limitaciones en cuanto a la transparencia de los datos recopilados, la evaluación cualitativa de los resultados y el desarrollo de una cultura digital.
PALABRAS CLAVE: Política pública; Plataformización; Lectura; Leia Paraná.

Introdução

A digitalização do ensino e da gestão escolar entrou em curso já no fim do século passado. Em 1997, o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) propunha equipar escolas com laboratórios de informática e dar formação especializada aos professores. No estado do Paraná, o programa Paraná Digital incluía TVs multimídias nas salas de aula e o portal colaborativo Dia a Dia Educação. Em 2013, a rede estadual começou a testar o Livro Registro de Classe Online (LRCO), que atingiu o uso compulsório quase uma década depois, com a Resolução n. 3550/2022 – GS/SEED.

Outros aplicativos e plataformas tiveram um período de implementação bem mais curto, impulsionados pelo ensino remoto emergencial durante a pandemia de covid-19. Nesse contexto, consolidou-se o uso do Microsoft Power Bi para monitoramento e avaliação das atividades escolares. Essa ferramenta tem sido bastante criticada pelo sindicato dos professores (APP-Sindicato), alegando-se que ela serve não apenas para acompanhar o desempenho dos alunos, mas também para a Secretaria de Educação do Paraná (SEED-PR) controlar os docentes

Licença CC BY 4.0

(Carissimi, 2025).

Mesmo com a retomada das aulas presenciais, o número de aplicativos e plataformas educacionais continuou crescendo no Paraná. Em 2026, o site da SEED-PR lista mais de vinte, sendo que, desde o Ofício Circular n. 006/2023 – DEDUC/SEED, o uso de alguns tornou-se obrigatório, com metas de acesso. Na área de Língua Portuguesa, destacam-se dois: Redação Paraná e Leia Paraná. Neste artigo, observaremos mais de perto o segundo.

A plataforma Leia Paraná chegou às salas de aula já em um contexto de obrigatoriedade. As primeiras notícias a seu respeito no portal de comunicação oficial do estado afirmam que "[a]lém de fomentar o gosto pela leitura e desenvolver competências leitoras, o programa estará integrado pedagogicamente à nova organização da matriz curricular" (Paraná, 2023b). Esse texto de divulgação segue destacando, como qualidades da plataforma, a presença de diversas áreas do conhecimento no acervo, incluindo *best-sellers*, adequados à idade dos leitores; a facilidade de acesso aos livros; a inclusão de estudantes cegos ou de baixa visão com audiolivros e de disléxicos e daltônicos com fontes diferenciadas. Contudo, não há aprofundamento metodológico sobre como fomentará o gosto pela leitura, como desenvolverá as competências leitoras dos estudantes, em que consiste a nova matriz curricular e de que modo a plataforma se enquadra. Para quem não está inserido na rede de ensino básica do estado, faltam informações para compreender em que consiste o programa, lacuna essa que justifica uma descrição sistemática dessa ferramenta.

Além da escassez de informação no momento inicial da implantação, o principal objeto de crítica das representações docentes tem sido a obrigatoriedade do uso. Segundo uma pesquisa promovida pela APP-Sindicato entre os professores sindicalizados, 90% dos entrevistados se opuseram à sua obrigatoriedade e 74,3% alegaram que o uso das plataformas tinha afetado sua saúde física e/ou mental (IPO, 2023). O tema do adoecimento da categoria chegou a ser debatido pela Assembleia Legislativa do Paraná em 2025, após o falecimento de duas professoras de Língua Portuguesa, Silvaneide Monteiro Andrade e Rosane Maria Bobato, nas dependências de suas respectivas escolas (Bottamedi, 2025).

Licença CC BY 4.0

Considerando esse cenário de insatisfação dos profissionais da educação, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) abriu uma auditoria para analisar os processos de contratação dessas tecnologias da informação e comunicação (TICs), a infraestrutura da rede de ensino estadual e a formação dos professores. No relatório final, divulgado em 2024, os auditores apontaram nove problemas que precisariam ser revistos pela SEED-PR: 1) contratações das plataformas sem matriz de risco; 2) ausência de monitoramento e avaliação do Mapa Estratégico da SEED; 3) escolha de TICs sem consultar o corpo docente; 4) treinamento insuficiente para os professores; 5) suporte técnico local limitado; 6) falta de estratégias para operar em realidades sociais distintas; 7) escassez de verificação qualitativa da aprendizagem; 8) atuação irregular de “embaixadores”, os orientadores das plataformas nos Núcleos Regionais de Educação (NRE); 9) insuficiência de equipamentos e laboratórios de informática nas escolas. Como conclusão,

> observou-se que o uso de plataformas passou a ser um endereçamento gerencial, que distingue escolas de desempenho satisfatório de escolas com desempenho deficitário. Tal abordagem, que centraliza o viés gerencial em detrimento de questões pedagógicas, tende a prejudicar o olhar de aprendizagem no uso das soluções tecnológicas. Tal condição se confirma, por exemplo, pela existência de indicadores quantitativos – do tipo usou ou não usou a plataforma – desacompanhado de outros indicadores que possam demonstrar o êxito e a evolução do ensino (Paraná, 2024, p. 46).

Em contrapartida, o governo estadual destaca os índices do Ideb, publicizando oferecer “a melhor educação do Brasil”. Nesse mesmo tom, em outubro de 2025, a SEED-PR divulgou em seu portal de notícias que recebera o prêmio de “Secretaria Visionária da América Latina” no evento Google for Education Leader Series (Paraná, 2025a. A parceria entre o governo do Estado e a Google está tão bem estabelecida que, poucos meses antes da premiação, a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) havia firmado um contrato para se tornar revendedora de produtos da Google (contrato n. 4023/2025). O jornal Plural (Lopes, 2026) aponta que não houve licitação, e a Gazeta do Paraná (TCE, 2026) confirma que o contrato, após denúncias de irregularidades, está sob fiscalização do TCE-PR.

Licença CC BY 4.0

Da mesma forma, a adoção das plataformas ocorreu sem ampla consulta ao corpo docente, sem mapa de risco e sem as adaptações necessárias da estrutura física, aspectos apontados pelo TCE-PR como uma fragilidade. Além disso, causa estranhamento que uma política pública de incentivo à leitura seja padronizada para todo o estado, desconsiderando a diversidade entre os municípios, as escolas e os estudantes. Procurando entender esse programa e como ele se concretiza no *design* da plataforma, entramos em contato com a SEED-PR no início de 2025 e consultamos documentos referentes à contratação do serviço.

No site do Leia Paraná, enumeram-se quatro objetivos: “fomentar o gosto pela leitura, desenvolver competências leitoras, fortalecer o hábito de ler nas diferentes áreas do conhecimento e contribuir para o desenvolvimento da cultura digital” (Paraná, 2023b). Há coerência entre o discurso que sustenta a plataformização da leitura e o que essa plataforma oferece na prática? Este artigo analisa a configuração institucional e documental da plataforma Leia Paraná, confrontando as metas anunciadas pela SEED-PR com as características documentáveis da plataforma.

Do ponto de vista dos estudos literários, também interessa observar qual é o acervo que está sendo disponibilizado aos estudantes de ensino fundamental – anos finais e ensino médio, como isso está organizado e de que modo as obras são acessadas. A descrição sistemática proposta na sequência poderá embasar pesquisas futuras sobre a leitura digital, o uso das plataformas em sala de aula e seu impacto sobre o letramento literário.

Políticas de plataformização da educação

No início dos anos 2000, predominou o otimismo quanto às potencialidades das tecnologias digitais na educação, frequentemente associadas à diversificação de linguagens e de mídias, como a abordagem proposta por Richard Mayer (2020). Mais recentemente, estudos sobre leitura digital têm relativizado as contribuições das TICs, sublinhando a influência de variáveis como tipo de leitor, meio, texto e objetivos de leitura.

Licença CC BY 4.0

Em revisão bibliográfica de pesquisas publicadas entre 2013 e 2023, Armanda Costa e Isabel Falé (2024) observaram uma superioridade da compreensão quando se lê em papel em relação à tela. Entretanto, não atribuem esse resultado exclusivamente ao suporte, mas a uma falta de repertório dos estudantes para lidar com suas características específicas, o que poderia ser ensinado. Segundo as pesquisadoras, os jovens já consolidaram, nos momentos de lazer, uma relação mais rápida e fragmentária com o meio digital. Além disso, o texto é mais instável na tela, o que afeta a memória de trabalho e favorece a fuga da atenção, por isso o meio demanda estratégias diferenciadas de leitura.

Se, por um lado, demandam-se dos educadores novas abordagens, por outro, não há métodos consolidados. O relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) intitulado *Tecnologia na educação: uma ferramenta a serviço de quem?* (2023) afirma que são escassas as evidências sólidas e imparciais do impacto da tecnologia educacional, sendo muitas delas geradas pelas próprias empresas provedoras dos serviços. Ainda segundo o relatório, apesar de o impacto das TICs ser positivo em alguns contextos, podem ter efeitos negativos se forem usadas em excesso ou de modo inadequado, além de promover mais exclusão do que inclusão. Com relação aos conteúdos, o relatório aponta que, muitas vezes, esses são inadequados, pois os mecanismos de controle não acompanham a velocidade das inovações. Por fim, alerta que a implementação de tecnologias na educação atende a demandas imediatas, sem considerar os custos a longo prazo para a sustentabilidade, a economia do país e o bem-estar dos estudantes.

O pesquisador da área de Estudos Críticos em Educação e Tecnologia Neil Selwyn, em entrevista concedida a Giselle Ferreira em 2024, alerta para a necessidade de se promover o diálogo entre universidade, empresariado e governo. “Eu não diria que pesquisadores críticos precisam fingir estarem, de alguma forma, evocando ‘soluções’, mas certamente precisamos fazer mais do que apontar problemas, indicando caminhos tangíveis e atraentes” (Ferreira, 2024, p. 6).

Para que essa colaboração se efetive, visando ao benefício público, é

Licença CC BY 4.0

necessário haver transparência sobre as relações entre o Estado e as *Edtechs* e a finalidade dos dados produzidos. Selwyn convida a observar aspectos que não têm sido descritos, até pela dificuldade de quantificá-los, como as realidades vividas no uso das tecnologias, seu fardo ambiental e a falta de responsabilização por decisões automáticas (no caso da incorporação de Inteligência Artificial a *softwares* e plataformas). O pesquisador australiano destaca ainda a importância de não só definir condutas éticas para o uso dessas ferramentas, mas, sobretudo, questionar sobre as consequências do ensino-aprendizagem em ambientes educativos automatizados (Ferreira, 2024, p. 8). Para ele, a reavaliação dos programas educacionais e o debate público deveriam ser constantes.

O modelo de educação vigente no ensino público do Paraná não é neutro como o discurso da inovação faz parecer. Trata-se de um tipo de gestão em que o Estado, avaliado como ineficiente na prestação de serviços, delega-os a empresas privadas pagas com recursos públicos – isso se observa não só no caso da plataformização, mas também na privatização da gestão escolar por meio do programa Parceiros da Escola. Na relação em que as *Big Techs* desenvolvem as plataformas de ensino e o Estado contrata o serviço, os professores tendem a se tornar meros assistentes em práticas pré-determinadas, sem autonomia para decidir o que será ensinado aos seus estudantes nem como isso será feito.

Esse sistema, que Luiz Carlos de Freitas (2018) chama de “reforma empresarial da educação”, apoia-se em decisões de longo prazo tomadas pelo próprio Estado, como a padronização de currículo (BNCC), a aplicação de testes de larga escala (Saeb, Pisa) e a responsabilização vertical. Desconsiderando-se fatores decisivos na vida escolar, como classe social e estrutura familiar dos estudantes, professores e diretores são responsabilizados pelo fracasso e ameaçados com o corte de recursos e até o fechamento da escola. Em contrapartida, premiam-se os que tiveram melhor desempenho com bônus salarial, viagens, celulares e chromebooks, segundo a lógica mercadológica da livre concorrência.

Mais do que meras ferramentas, o papel das plataformas é crucial na consolidação desse paradigma educacional. São “estruturas simultaneamente

Licença CC BY 4.0

tecnológicas, econômicas e socioculturais para gerenciar o tráfico social on-line" (Van Dijck; Poell, 2018, p. 581, tradução nossa), com impacto sobre a vida social. Mas nem sempre há clareza sobre que tipo de sociabilização está sendo estimulada pela plataformização do ensino. Os pesquisadores holandeses destacam três consequências da inserção de plataformas comerciais de alta tecnologia no ambiente educacional: a) a subordinação dos princípios pedagógicos à dinâmica das redes sociais; b) a implantação massiva de sistemas de rastreamento de dados cuja eficácia foi pouco testada; c) a possível transformação da noção de educação como bem público (Van Dijck; Poell, 2018, p. 587).

Essas mudanças só poderão ser constatadas a médio e longo prazo, mas a discussão não pode ser adiada, sobretudo por se tratar de uma política pública que atinge cerca de 1 milhão de alunos da rede estadual do Paraná. A análise desenvolvida nas próximas seções examina de que modo os objetivos institucionais se materializam na arquitetura da plataforma, em seu acervo e nos documentos que orientam sua implementação.

Metodologia

Tendo feito uma contextualização da plataformização do ensino no Paraná, a seguir descreveremos propriamente a plataforma Leia Paraná. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada na descrição e na análise documental. O *corpus* da investigação é constituído por: a) documentos de contratação e implementação da plataforma disponibilizados pelo Portal da Transparência e pelo site do TCE-PR; b) notícias da imprensa local e dos sites oficiais do governo, em especial os da SEED-PR e da Agência Estadual de Notícias (AEN); c) interface do Leia Paraná disponível ao usuário não-logado, completada por d) capturas de telas fornecidas por professores da educação básica.

Como procedimento metodológico, percorremos quatro etapas. Primeiro, levantamos dados públicos sobre a implementação da plataforma. Na sequência, observamos e descrevemos sua interface e funcionalidades. Depois, procedemos ao levantamento e à catalogação integral do acervo. Para cada obra, foram registradas

Licença CC BY 4.0

estas informações: título, autor(a), nacionalidade, páginas, editora, categoria (atribuída pela plataforma), série (recomendada pela plataforma), empréstimos, visitas, gênero, temas abordados. Por fim, confrontamos as características observadas com as metas estipuladas pelo programa, isto é, o desenvolvimento do gosto pela leitura, das habilidades leitoras e da cultura digital. Conforme já mencionado, pretende-se com isso observar se a plataforma tem condições de atender aos objetivos propostos institucionalmente.

A exposição dos resultados estrutura-se em quatro eixos: detalhamento da política pública de implementação da plataforma; descrição do site e de suas funcionalidades; apresentação do acervo; e correspondência entre as características observadas e as metas propostas pelo programa.

No início de 2025, protocolamos um pedido de acesso à informação a fim de complementar as informações disponíveis publicamente. No processo, solicitamos à SEED-PR: a) acesso ao conteúdo integral da plataforma Leia Paraná (acervo e *quizzes*); b) informações sobre a equipe produtora da plataforma Leia Paraná, os critérios utilizados para a escolha de obras literárias e a elaboração de *quizzes*, seus custos de criação e manutenção; c) dados de acesso atualizados da plataforma Leia Paraná no estado, com detalhamento do município de Apucarana, indicando diferenças entre escolas.

A SEED-PR respondeu por meio da informação n° 020/2025 – SEED/DDC/CH, na qual comunicou o impedimento de nos fornecer alguns dados solicitados, apresentando as seguintes justificativas. “De acordo com a cláusula 4.2.1, a Biblioteca Digital é disponibilizada exclusivamente por meio do domínio @escola, em um ambiente virtual de leitura, sendo de acesso restrito aos alunos e profissionais supridos na rede estadual de ensino que possuam @escola” (Paraná, 2025b, fl. 28). As informações de acesso “são de uso restrito da SEED, pois contemplam dados sensíveis e pessoais de seus usuários, não estando disponíveis para compartilhamento externo, conforme Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) de 14 de agosto de 2018” (Paraná, 2025b, fl. 29).

Com relação à questão “b”, a resposta foi bastante genérica: “As informações relacionadas aos critérios de seleção de obras e elaboração de *quizzes* acontecem

Licença CC BY 4.0

com o devido alinhamento com o currículo da rede estadual e sugestões apresentadas por profissionais do corpo de docentes da rede, bem como dos próprios estudantes" (Paraná, 2025b, fl. 28). O período e o modo de coleta dessas sugestões não foram especificados, nem quais escolas foram consultadas no processo. Considerando os dados a que tivemos acesso, esta pesquisa concentra-se na análise documental da plataforma. Não teremos condições de medir o impacto sobre a formação leitora dos estudantes, pois não nos foram fornecidos os dados sobre o uso da plataforma nas escolas do Paraná.

Descrição da plataforma

A contratação da Plataforma de Leitura Odilo pelo governo do Paraná ocorreu em 2022, no fim da gestão de Renato Feder como Secretário da Educação, por meio do contrato n. 5671/2022. O produto foi desenvolvido pela *startup* espanhola Odilo. Fundada em 2011 com o objetivo de auxiliar bibliotecas na digitalização de seu acervo, a empresa expandiu para a negociação com editoras a fim de agregar conteúdo em formatos diversos, atendendo mais de 170 milhões de usuários em cerca de 50 países. Contudo, quem fornece o serviço ao estado do Paraná é a empresa de São José dos Campos Primesoft Informática LTDA (nome fantasia Soluções Sophia).

O contrato prevê o atendimento de até 1 milhão de usuários, com o custo mensal inicial de R$ 331.666,00, totalizando R$ 7.959.984,00 nos dois primeiros anos de serviço. No fim de 2024, com o aditivo ao contrato (protocolo n. 22.623.759-3), o valor pago mensalmente à empresa foi reajustado para R$ 344.907,57, prevendo-se o gasto total de R$ 16.974.222,96. O investimento cobre o uso da plataforma durante quatro anos.

Segundo a SEED-PR (Paraná, 2025), 90 títulos são de direito adquirido, ou seja, esse acervo é permanente. Contudo, o mesmo não se aplica à infraestrutura da plataforma, incluindo a produção de relatórios de uso, que depende de renovação periódica do contrato. Em caso de encerramento contratual, o governo recebe os arquivos dos *e-books*, mas perde o meio pelo qual os estudantes os acessam.

Quando a plataforma foi lançada, em fevereiro de 2023, continha 60 títulos

Licença CC BY 4.0

(30 destinados ao ensino fundamental e 30, ao médio). Seis meses depois, anunciou-se o acréscimo de 10 livros a fim de atender demandas do vestibular e do Enem (Paraná, 2023a) – todas obras clássicas disponíveis gratuitamente no site Domínio Público. No momento em que fizemos este levantamento, em 2025, o acervo disponibilizava 122 títulos, sendo 20 deles acessíveis também no formato de audiolivro.

Desse montante, 32 obras pertencem ao domínio público: duas provêm da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro – USP; 30, da Fundação Biblioteca Nacional. São obras em PDF sem configuração adequada para a leitura em tela de celular, dado que a fonte é diminuta e não há possibilidade de modificá-la como nos outros *e-books* licenciados. Em resumo, em termos de acervo, o investimento resultou em uma biblioteca com um pouco mais de uma centena de livros. Considerando a faixa etária a que se destinam, a oferta de obras para cada estudante é ainda menor, como se observa abaixo (tabela 1).

Ao catalogar e classificar as 122 obras, observa-se a presença das seguintes áreas: literatura (89); empreendedorismo e autoajuda (13); história em quadrinhos (8); biografia (4); história (3); filosofia (2); ciências sociais (1); biologia (1); referência (1). Listamos abaixo as obras literárias, que nos interessam mais diretamente, organizadas por faixa etária e gênero textual. Mantivemos as obras de domínio público em uma categoria à parte para destacar sua presença significativa no acervo.

Tabela 1 – Obras literárias da Plataforma Leia Paraná.

Faixa etária	**Novela/romance**	**Contos/crônicas**	**Poesia**
Leitor em processo (infantil) Total: 8 títulos	1. Léo e o catavento 2. Amigo não é pra essas coisas 3. O mágico de Oz 4. O fantástico mistério de Feiurinha 5. A Bela e a Fera 6. Aladim e a lâmpada maravilhosa	7. Lendas do Brasil	8. Os hai-kais do Menino Maluquinho
Leitor fluente (infantojuvenil) Total: 28 títulos	9. Harry Potter e a Pedra Filosofal 10. Harry Potter e a Câmara Secreta 11. Harry Potter e o prisioneiro de Azkaban 12. O ladrão de raios 13. A droga do amor 14. O homem estranho da casa ao lado	33. Divertida mente: conduzida pelas emoções 34. Contos Indígenas Brasileiros	-

Licença CC BY 4.0

	15. Diário de um Banana 16. Diário de um Banana 2: Rodrick é o cara 17. Diário de um Banana 3: A gota d'água 18. Diário de um Banana 4: Dias de cão 19. Diário de um Banana 5: A verdade nua e crua 20. As aventuras de Mike 21. As aventuras de Mike: o bebê chegou 22. As aventuras de Mike: mudando de casa 23. Mistérios do mar oceano 24. O gênio do crime: Uma aventura da turma do gordo 25. O pequeno príncipe 26. Anne de Green Gables 27. A caçadora de árvores 28. Entregas expressas da Kiki 29. A droga da obediência 30. Pollyanna 31. O meu pé de laranja lima 32. Extraordinário	35. Comédias para se ler na escola 36. Histórias que os jornais não contam	
Leitor crítico (juvenil/adulto) Total: 21 títulos	37. O hobbit 38. De volta aos quinze 39. De volta aos sonhos 40. A menina que roubava livros 41. O menino do pijama listrado 42. A culpa é das estrelas 43. Quatro vidas de um cachorro 44. Os meninos que enganavam nazistas 45. Viagem ao centro da Terra 46. A volta ao mundo em 80 dias 47. O mundo de Sofia 48. Assassinato no Expresso Oriente 49. A guerra dos mundos 50. Vá, coloque um vigia 51. Vidas secas	52. As aventuras de Sherlock Holmes 53. O gato preto e outros contos de terror 54. Eu, Robô 55. Olhos d'água	56. Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade 57. Melhores Poemas: Cora Coralina
Clássicos da literatura brasileira (domínio público) Total: 32 títulos	58. Memórias póstumas de Brás Cubas 59. Iracema 60. A moreninha 61. Noite na taverna 62. Cinco minutos 63. Senhora 64. Quincas Borba 65. Clara dos Anjos 66. Memórias de um sargento de milícias 67. O triste fim de Policarpo Quaresma 68. A viuvinha 69. Casa velha 70. A mão e a luva 71. A pata da gazela	81. O alienista	82. Dirceu de Marília 83. Espumas flutuantes 84. Crisálidas 85. Broquéis 86. Cartas chilenas 87. Eu e outras poesias 88. O Uraguai 89. Tarde

Licença CC BY 4.0

	72. Esaú e Jacó 73. Diva 74. Encarnação 75. O Ateneu 76. Memorial de Aires 77. Os sertões: volume 1 78. Os sertões: volume 2 79. Dom Casmurro 80. Casa de pensão		

Fonte: Elaboração própria com dados da plataforma Leia Paraná (2025).

A propaganda oficial do governo ressalta que a abrangência de diversas áreas do conhecimento e a presença de obras *best-sellers* são importantes para fomentar o gosto pela leitura (Paraná, 2023b). Contudo, fora as obras literárias (72,9%), as opções de outras áreas são minoritárias: empreendedorismo e autoajuda (10,6%); história em quadrinhos (6,5%); biografia (3,2%); história (2,4%); filosofia (1,6%); ciências sociais (0,8%); biologia (0,8%); referência (0,8%). Áreas estratégicas para a formação escolar, como ciências exatas, saúde, esportes e tecnologia não estão representadas[2].

Entre as obras literárias, 35,9% são clássicos da literatura brasileira, obras que já circulam gratuitamente em outras plataformas. A presença de *best-sellers*, de fato, é significativa, porém são em sua maioria obras estrangeiras. Se considerarmos apenas as 57 licenciadas de literatura, desconsiderando os clássicos de domínio público, a produção brasileira representa 40,3% das obras, destinadas, sobretudo, aos níveis iniciais. A um leitor de ensino médio, são disponibilizadas 32 obras brasileiras clássicas e 6 modernistas ou contemporâneas. Os dados sugerem que a literatura brasileira associa-se mais ao estudo e/ou à preparação para o vestibular, ficando excluída da estratégia governamental de atrair os leitores por meio de *best-sellers*. Sucessos editoriais brasileiros no momento em que se contratou o serviço do Leia Paraná, como *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior, e *Tudo é rio*, de Carla Madeira, não estão contemplados.

A tabela acima também evidencia que gêneros mais breves, como crônicas,

[2]Uma atualização em 2026 incluiu obras que cobrem parcialmente as ausências constatadas no momento desta pesquisa (2025): *Super-Heróis da Ciência: 52 cientistas e suas pesquisas transformadoras*, de Renan Vinicius de Araújo; *A história do futebol para quem tem pressa*, de Márcio Trevisan; *O profissional do futuro: como se preparar para o mercado de trabalho na era da IA*, de Michelle Schneider.

Licença CC BY 4.0

contos e poemas, são minoritários. Essa é uma incompatibilidade com o tempo da escola, em que as aulas de 50 minutos tornam a leitura de textos longos excessivamente fragmentada, prejudicando a sequência didática. Não se trata de excluir os romances extensos, mas de oferecer maior variedade de gêneros literários. Obras teatrais sequer constam no acervo.

Em outubro de 2025, foram divulgados (Paraná, 2025b) os dez livros mais emprestados da plataforma: 1) O menino que descobriu o vento (376.183); 2) Léo e o catavento (270.077); 3) Divertida mente: conduzida pelas emoções (250.904); 4) Animais inventores (235.777); 5) Lendas do Brasil (224.455); 6) O homem estranho da casa ao lado (223.294); 7) Amigo não é pra essas coisas (221.864); 8) Histórias que os jornais não contam (205.378); 9) Harry Potter e a pedra filosofal (177.669); 10) Contos para garotos que sonham mudar o mundo (176.549).

Todos os livros acima estão entre as recomendações feitas oficialmente pela SEED-PR ao longo do ano, isto é, trata-se de leituras que foram cobradas e avaliadas em sala de aula. Logo, não se pode afirmar, a partir dos números acima, que a plataforma esteja fomentando o gosto pela leitura, mas, sim, que criou um mecanismo para registrar as metas estabelecidas e cobradas pela SEED-PR.

Se o aluno entrar na plataforma, emprestar o livro, passar as páginas e responder às perguntas com 50% de acerto, a atividade já será computada como concluída. Como aponta o relatório do TCE-PR, não há avaliação qualitativa. Além dos relatos informais que circulam nas escolas, a imprensa já divulgou casos em que esse sistema é burlado para que os estudantes registrem suas tarefas com bom aproveitamento sem tê-las realizado (Palhares, 2025).

Outro ponto que precisa ser destacado é a presença de obras recomendadas para faixas etárias inferiores à atendida pela rede estadual, menos de 11 anos de idade. Isso, por si só, não é um problema se for uma parcela pequena do acervo, pois pode servir àqueles com déficit de aprendizado. Nosso estranhamento é que a SEED-PR recomende às turmas justamente esses títulos mais facilitados, como se pode observar no quadro a seguir. Quando a prioridade recai sobre a quantidade de livros acessados, o teor da leitura pouco importa.

Licença CC BY 4.0

Tabela 2 – Obras recomendadas por série pela SEED-PR em 2025.

Recomendação da SEED-PR		**Título**	**Faixa etária sugerida no site Amazon Brasil**
Ensino fundamental	6º ano (11 anos)	Leo e o catavento	6-8 anos
		Animais inventores	8-12 anos
		Os hai-kais do Menino Maluquinho	6-10 anos
	7º ano (12 anos)	Divertida mente: conduzida pelas emoções	N/A
		Lendas do Brasil	7-10 anos
		O fantástico mistério de Feiurinha	8-10 anos
	8º ano (13 anos)	Como fazíamos sem...	N/A
		O homem estranho da casa ao lado	13-14 anos
		Mistérios do mar Oceano	N/A
	9º ano (14 anos)	Amigo não é pra essas coisas	N/A
		Contos para garotos que sonham em mudar o mundo	7-11 anos
		O menino Nelson Mandela	10-15 anos
Ensino médio	1º ano (15 anos)	Harry Potter e a pedra filosofal	A partir de 11 anos
		Harry Potter e a câmara secreta	A partir de 12 anos
		Eu, robô	A partir de 14 anos
	2º ano (16 anos)	A menina que roubava livros	A partir de 14 anos
		Histórias que os jornais não contam	N/A
		Extraordinário	A partir de 10 anos
	3º ano (17 anos)	Vidas secas	N/A
		Olhos d'água	A partir de 17 anos
		O menino que descobriu o vento	A partir de 10 anos

Fonte: Elaboração própria com dados da SEED-PR e da Amazon Brasil (2025).

No site da Odilo, a empresa refere-se a si como a "Netflix para educação", sugerindo uma relação mais prazerosa e engajada com a leitura. Essa analogia nos parece problemática, dado que as empresas de *streaming* exploram o consumo compulsivo de obras audiovisuais, enquanto a leitura crítica demanda outro ritmo, mais demorado, com intervalos para a reflexão. A página inicial do site e do aplicativo destaca a capa dos livros, com recomendações por temas. A interface, de fato, lembra um catálogo de *streaming*, porém, uma vez emprestado o livro, a experiência da leitura não difere muito dos demais leitores eletrônicos. Não há uma exploração de recursos digitais como o hipertexto, e o acesso a outras mídias é bastante limitado: apenas 20 audiolivros e 15 vídeos.

As possibilidades de interatividade entre os leitores são restritas, podendo

Licença CC BY 4.0

eles apenas atribuir uma nota (no modelo de uma a cinco estrelas) à obra. Teoricamente, eles também poderiam resenhar as obras de modo público na plataforma, mas não encontramos nenhuma resenha, apenas o indicativo dessa possibilidade. Não há fóruns para discussão nem outras ferramentas para que os estudantes se tornem também produtores de conhecimento. Com relação à promoção da cultura digital, há um erro comum de que o acesso à ferramenta tecnológica seja o suficiente. Nesses casos, segundo Brito e Costa (2020, p. 3), "estas tecnologias estão sendo utilizadas para manter os antigos modelos de educação que insistem em apenas fornecer informações".

O discurso do entretenimento também cai por terra quando há interrupções constantes na leitura com perguntas avaliativas – até 20 por livro. Os *quizzes* que acessamos, graças à ajuda de professoras da rede estadual, enfocam excessivamente vocabulário e gramática, de modo que muitas perguntas dispensam a leitura atenta e integral da obra. O teor das questões não será analisado neste artigo, contudo, esse é um tema que precisa ser investigado por outros pesquisadores, sobretudo por aqueles vinculados à rede de ensino estadual, que têm acesso ao conteúdo integral da plataforma, pois indica quais aspectos da leitura são priorizados.

Em resumo, a plataforma oferece um acervo restrito, organizado por temas e faixa etária em um modelo que pode parecer familiar ao usuário de plataformas de *streaming*. Há um sistema de registro de visitas, empréstimos e acertos de questões que os professores e a SEED-PR podem consultar. Porém, não propõe atividades ou avaliações de teor qualitativo nem disponibiliza ferramentas que estimulem isso, igualando o ato da leitura ao número de livros emprestados.

Considerações finais

Após a descrição crítica da plataforma Leia Paraná, retomamos os objetivos estipulados pela SEED-PR, a fim de observar se a ferramenta os atende. O primeiro diz respeito a fomentar o gosto pela leitura. Para isso, seriam necessárias pesquisas empíricas de amplo alcance entre os estudantes da rede estadual, o que não foi feito

Licença CC BY 4.0

e, portanto, não temos condições de afirmar com precisão se foi atendido. O que constatamos é que a plataforma oferece, conforme anunciado, títulos *best-sellers* que podem despertar a curiosidade dos estudantes. Contudo, a imposição de metas e a avaliação de desempenho durante a leitura são obstáculos para a leitura por prazer.

Com relação ao desenvolvimento de competências leitoras, o que inclui a decodificação básica até a leitura crítica, isso também demandaria dados qualitativos que a plataforma não fornece, indicando uma fragilidade na metodologia de implantação. Os dados produzidos são apenas quantitativos, sendo insuficientes para a verificação da eficácia da política pública. Mesmo esses números não são disponibilizados para pesquisadores externos, sob a justificativa de que expõem dados sensíveis, então não é possível identificar, de modo independente, se os estudantes, pelo uso contínuo da plataforma, estão melhorando seu desempenho nos *quizzes*.

Quanto ao incentivo de leitura de diferentes áreas do conhecimento, conforme nossa análise do acervo, constatou-se que não há grande volume de material nesse sentido. A grande maioria são obras literárias, e, entre as demais áreas contempladas, destacam-se autoajuda e empreendedorismo. O letramento científico, tanto nas áreas de exatas quanto biológicas, humanidades e tecnologia, não tem muita oportunidade de se desenvolver a partir da plataforma. Essa lacuna conecta-se ao objetivo anterior, considerando que a competência leitora abrange a habilidade de leitura em diferentes suportes, gêneros e temas. Não só o discurso científico está sub-representado no acervo, mas também gêneros textuais variados, como o teatro.

Por fim, o quarto objetivo mira no desenvolvimento da cultura digital. Esse é atendido parcialmente. Ao acessarem a plataforma, os estudantes, de fato, têm contato com um suporte digital e precisam aprender diversas competências para logar, emprestar livros, manipulá-los e registrar suas respostas. Contudo, a cultura digital é mais ampla do que a ferramenta em si, abordando modos diversos de raciocínio, comunicação e de sociabilidade, conforme apontam Brito e Costa (2020). Nesse sentido, a plataforma é limitada, pois tem poucas ferramentas de interação

Licença CC BY 4.0

entre os leitores, o que não favorece o protagonismo dos estudantes na criação de conhecimentos.

Além de certa incompatibilidade entre os objetivos e o que a plataforma oferece, o Leia Paraná causa descontentamento entre os professores devido à sua implantação de cima para baixo. Não houve consulta ampla à comunidade escolar, nem estudo de seu impacto por meio de mapa de risco. Mesmo assim, ela foi lançada com obrigatoriedade do uso, sem período para adaptação da infraestrutura e da formação docente, conforme apontou a auditoria do TCE-PR.

Em contextos mais desfavorecidos em que não haja livros em quantidade suficiente para todos os estudantes, em que as bibliotecas estejam desatualizadas ou em que faltem condições para uma boa mediação, uma plataforma como a Leia Paraná pode ser um acesso mínimo à leitura. Há ali alguma variedade de livros, classificados por séries (apesar de inadequadamente em alguns casos, conforme apontamos acima), de acesso fácil e gratuito, com retomada do conteúdo via questionários. Contudo, esse mínimo tem sido também o máximo oferecido, porque a imposição de metas faz com que não haja tempo para abordagens mais diversificadas da leitura. A ampliação do acesso, nesse caso, veio acompanhada de uma homogeneização das experiências de leitura. Isso se observa na padronização das recomendações da SEED-PR e na pequena quantidade de livros do acervo, sendo que um dos principais benefícios da leitura é justamente a diversificação de perspectivas.

Uma alternativa seria retirar a obrigatoriedade do uso, tornando a plataforma um recurso complementar a que os professores pudessem recorrer quando achassem pertinente e de modo mais integrado às bibliotecas físicas já existentes nas escolas. Outras questões precisam ser aprimoradas: a ampliação e a modernização da infraestrutura dos laboratórios de informática; a melhoria da conexão de internet nas escolas; a contratação de técnicos de informática e tutores; a expansão do acervo; a disponibilização de outros recursos digitais de estímulo à leitura, como mais vídeos e audiolivros, e de interação entre os leitores, além de jogos didáticos.

Tudo isso demanda investimentos altos em TICs, que têm um prazo de

Licença CC BY 4.0

obsolescência curto. Se a adaptação à era digital é incontornável, cuidemos para que isso não se apresente como um novo colonialismo, em que as diversas formas de produzir e socializar os saberes cedam à homogeneização da experiência humana. Os alunos devem saber manipular as novas tecnologias, sim, mas também precisam identificar que elas são produtos culturais, com histórias e consequências sobre a organização social. Quando esse uso crítico estiver ocorrendo, daí talvez se possa falar em desenvolvimento de uma cultura digital e da formação de leitores críticos. Mas, por ora, o que temos são atividades bastante tradicionais replicadas em *gadgets* eletrônicos. Entre as principais novidades, está a centralização massiva de dados sobre professores e alunos, o que, no momento, mais serve ao controle e à padronização do que à superação de dificuldades individuais.

Referências

BOTTAMEDI, F. Assembleia debate ações para reverter adoecimento de professores das escolas estaduais do Paraná. *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*. Curitiba, 9 jun. 2025. Disponível em: https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/assembleia-debate-acoes-para-reverter-adoecimento-de-professores-das-escolas-estaduais-do. Acesso em: 5 out. 2025.

BRITO, G. S.; COSTA, M. L. F. Apresentação – Cultura digital e educação: desafios e possibilidades. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, e76482, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.76482. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/9mMf8kMd5kZntDYFV965v3n/. Acesso em: 19 jul. 2026.

CARISSIMI, A. C. V. Plataformas da morte! *APP-Sindicato*. Curitiba, 31 maio 2025. Disponível em: https://appsindicato.org.br/artigo-plataformas-da-morte/. Acesso em: 06 out. 2025.

COSTA, A; FALÉ, I. *Leitura digital ou em papel? Efeitos do suporte na compreensão*. Lisboa: Direção-Geral da Educação, 2024. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/boletim/leitura_digital_ou_em_papel.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

FERREIRA, G. M. S. Entrevista com Neil Selwyn. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 41, n. 1, 2025. DOI: 10.21573/vol41n12025.142046. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/142046. Acesso em: 14 abr. 2026.

Licença CC BY 4.0

FREITAS, L. C. *A reforma empresarial da educação*: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

IPO. *Pesquisa "Plataformização da Educação"*: Percepção dos professores(as) sobre a plataformização da educação no Estado do Paraná - Parte I. Curitiba: APP-Sindicato, 2023. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Pesquisa_Plataformas_Parte_I.pdf. Acesso em: 06 out. 2025.

LOPES, J. M. Sem licitação, governo do Paraná faz contratação de R$ 90 milhões por meio de parceria com o Google. *Plural*, Curitiba, 16 jan. 2026. Disponível em: https://www.plural.jor.br/parceria-com-o-google-viracontratacoes-sem-licitacao-no-parana/. Acesso em: 15 jul. 2026.

MAYER, R. *Multimedia learning*. 3. ed. Cambridge; Nova Iorque: Cambridge University Press, 2020.

PALHARES, I. Alunos hackeiam plataformas de ensino do governo de SP para cumprir tarefas em segundos. *Folha de S. Paulo.* São Paulo, 4 set. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2025/09/alunos-hackeiam-plataformas-de-ensino-do-governo-de-sp-para-cumprir-tarefas-em-segundos.shtml. Acesso em: 13 out. 2025.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias (AEN). *Para auxiliar alunos nos vestibulares e Enem, plataforma Leia Paraná ganha novos títulos*. Curitiba, 08 ago. 2023a. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Para-auxiliar-alunos-nos-vestibulares-e-Enem-plataforma-Leia-Parana-ganha-novos-titulos. Acesso em: 21 nov. 2024.

PARANÁ. Agência Estadual de Notícias (AEN). *Plataforma da Educação, Leia Paraná teve 252 mil livros emprestados na primeira semana*. Curitiba, 07 mar. 2023b. Disponível em: https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Plataforma-da-Educacao-Leia-Parana-teve-252-mil-livros-emprestados-na-primeira-semana. Acesso em: 19 nov. 2024.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação (SEED). *Educação do Paraná recebe prêmio do Google voltado à tecnologia no aprendizado*. Curitiba, 3 out. 2025. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Educacao-do-Parana-recebe-premio-do-Google-voltado-tecnologia-no-aprendizado. Acesso em: 5 out. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação (SEED). *Informação n. 020/2025-SEED/DDC/CH*. Curitiba, 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação (SEED). *Plataformas Educacionais –*

Licença CC BY 4.0

Leia Paraná. Escola Digital – Professores, [s.d.]. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/plataformas_educacionais/leia_parana. Acesso em: 11 out. 2025.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação (SEED). *Rede estadual alcança marca de 1 milhão de livros lidos na plataforma Leia Paraná*. Curitiba, 09 out. 2025. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Rede-estadual-alcanca-marca-de-1-milhao-de-livros-lidos-na-plataforma-Leia-Parana. Acesso em: 11 out. 2025.

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado (TCE). *Relatório de fiscalização*: Secretaria Estadual de Educação (SEED). Curitiba, 2024.

TCE confirma investigação sobre contratação da Google no Programa Olho Vivo. *Gazeta do Paraná*, 12 jul. 2026. Disponível em: https://gazetadoparana.com.br/artigo/tce-confirma-investigacao-sobre-contratacao-da-google-no-programa-olho-vivo. Acesso em: 15 jul. 2026.

UNESCO. *Resumo do Relatório de Monitoramento Global da Educação 2023*: Tecnologia na educação: Uma ferramenta a serviço de quem? Paris: Unesco, 2023.

VAN DIJCK, J.; POELL, T. Social media platforms and education. *In*: BURGESS, J.; MARWICK, A.; POELL, T. (org.). *The Sage handbook of social media*. London: Sage, 2018. p. 579–591.

Recebido em: 15 abr. 2026.
Aprovado em: 28 jul. 2026.

Revisor(a) de língua portuguesa: Camila de Fátima Rosa
Revisor(a) de língua inglesa: Thaís Machado de Paiva
Revisor(a) de língua espanhola: Laura Marques Sobrinho

Licença CC BY 4.0